

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de dezembro, em Brasília.

O MAIS LONGO FIM DE MANDATO

O segundo mandato da presidente Dilma não começou, mas já se pode prever que serão quatro anos de agonia. A economia mundial continua patinando, sobretudo a europeia. A região para a qual o Brasil mais exporta, a América do Sul, segue com sua economia amarrada e navega na instabilidade política. Isso, sobretudo, nos seus polos mais dinâmicos, a Venezuela e a Argentina. Além do mais, a maior empresa do país, a Petrobras, vive situação de muita instabilidade.

A vitória da presidente Dilma é inquestionável, mas as circunstâncias dela a tornam frágeis. Desde a redemocratização, todos os governos tiveram de recorrer às coalizões de partidos para fazer maioria no Congresso. O poder de fogo do presidente e de seu partido, que nunca teve mais de um quinto da Câmara (desde o governo Fernando Collor), sempre foi decorrência do apoio na opinião pública. A presidente Dilma assume com sua credibilidade abalada. Esse quadro só é comparável à situação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1999, depois da maxi desvalorização do Real.

Esse quadro aponta para um governo com uma baixa capacidade de interferência no Poder Legislativo. A forma pela qual se desenvolve, solta, a disputa pela presidência da Câmara é uma demonstração disso. A aprovação de leis no Congresso vai depender de ampla negociação com a oposição (um quinto da Câmara) e o principal parceiro do PT na presidência, o PMDB. A pulverização partidária torna ainda mais penosa a vida política do governo.

Além do quadro político e econômico, há ainda o aprofundamento das investigações da Operação Lava-Jato. Os fatos atingem o governo, o partido do governo (PT), o seu principal parceiro (PMDB) e outros aliados (PP, PR). Eles devem atingir também integrantes da oposição (PSDB), mas eles não estão no comando do país. A realidade conspira para reduzir a credibilidade da presidente eleita. O tempo só deixará de se manter nublado diante de uma inesperada aceleração da economia internacional.

Poder Executivo

Presidência da República

A presidente **Dilma Rousseff** se reuniu hoje (15) com representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. À noite, deve comparecer à posse da senadora **Kátia Abreu** na Presidência da Confederação Nacional da Agricultura. Ainda hoje, a cúpula do PMDB espera ser recebida por Dilma para tratar da reforma ministerial. Amanhã (16), a presidente acompanha a apresentação de oficiais promovidos das Forças Armadas, no Palácio do Planalto, e participa de almoço de confraternização com os generais, no Clube da Aeronáutica. Na quarta (17), Dilma viaja à Argentina para a **47ª Cúpula do Mercosul**. Na quinta (18), Dilma retorna ao Brasil para ser diplomada para seu segundo mandato na Presidência da República. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da cerimônia, no Tribunal Superior Eleitoral. Ao longo da semana, espera-se que Dilma efetive a nomeação de Joaquim Levy (Fazenda), Kátia Abreu (Agricultura), Nelson Barbosa (Planejamento) e Miguel Rosseto (Secretaria Geral), além do anúncio de novos nomes de sua reforma ministerial.

Casa Civil

O secretário interino do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, **Ronaldo Kufner**, cumpre agenda internacional participará da **Reunião**

	<p>Semestral do Conselho de Administração da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), em Rabat (Marrocos) e, em seguida, da Oficina Regional sobre o tema “Conselhos Econômicos e Sociais e a sua Participação na Tomada de Decisão nas Democracias Representativas - Panorama Europeu e Latino-Americano”, em Bruxelas (Bélgica). O secretário deve retornar ao País nesta quinta (18).</p>
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	O ministro José Elito Siqueira encontra-se em férias, devendo retomar as atividades normais nesta sexta (19).
Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)	O ministro Marcelo Neri concentra hoje (16), sua agenda em despachos internos em seu gabinete. Ademais concede entrevista à revista americana <u>Foreign Affairs</u> .
Secretaria de Relações Institucionais (SRI)	O ministro Ricardo Berzoini recebe nessa segunda (15), em seu gabinete, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF); Murilo Barella , Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST; e João Motta , Secretário de Planejamento do Estado do RS. Ademais participa da <u>reunião de líderes dos partidos</u> da Base Aliada no Senado e na Câmara dos Deputados.
Ministério da Fazenda (MFaz)	<p>O ministro Guido Mantega participou hoje (16), da reunião com representantes do <u>Fundo Monetário Internacional (FMI)</u>. E os demais Secretários da pasta, concentraram suas agendas em reuniões internas.</p> <p>O subsecretário de Integração Regional e Comércio Exterior, Marden de Melo Barboza, vai à Cidade de Paraná (Argentina) a fim de participar das Reuniões de conclusão da Presidência Pro Tempore da Argentina no MERCOSUL, das reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho Mercado Comum (CMC), bem como da Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais e da Reunião de Cúpula do MERCOSUL.</p>
Banco Central do Brasil (BACEN)	<p>O presidente Alexandre Tombini, concentra sua agenda em reuniões internas no gabinete em Brasília/DF. Já o Diretor de Assuntos Internacionais, Luiz Awazu, participou hoje (16), como palestrante do seminário <u>"Reavaliação do Risco Brasil"</u>, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Standard & Poor's (S&P's) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), na sede da Firjan, no Rio de Janeiro.</p> <p>No Boletim Focus divulgado hoje (15) foi reduzida mais uma vez a expectativa de crescimento da economia em 2014. A <u>nova projeção indica alta de 0,16% do Produto Interno Bruto (PIB)</u>. Na avaliação anterior, a estimativa era 0,18%. Para 2015, os economistas esperam aumento de 0,69%. A projeção era, até então, 0,73%.</p>
Ministério da Saúde (MS)	<p>O ministro Arthur Chioro se reuniu nessa segunda (16), com Jaime de Oliveira, diretor-presidente Substituto da Anvisa e com o senador Romero Jucá (PMDB-RR).</p> <p>Ademais, estará presente na 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CNSTT, onde participa da mesa</p>

	<p>redonda sobre <u>Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental e seus Reflexos na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora</u>. A Conferência é realizada entre hoje (15) e quinta (18), em Brasília. Na pauta estão temas como o financiamento à saúde, a qualificação do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) para acidentes de trabalho e a efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.</p>
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	<p>O ministro Mauro Borges, encontra-se de férias a partir de hoje (15), com retorno agendado para o dia 31 de dezembro.</p> <p>O Ministério divulgou hoje (15) o resultado da balança comercial da segunda semana de dezembro, que teve <u>superávit de US\$ 380 milhões</u> (média diária de US\$ 76 milhões). O resultado é decorrente da diferença entre exportações de US\$ 4,120 bilhões (média diária de US\$ 824 milhões) e importações de US\$ 3,740 bilhões (média diária de US\$ 748 milhões). Na semana, com cinco dias úteis, a corrente de comércio – soma de exportações e importações – foi de <u>US\$ 7,860 bilhões</u> (média diária de US\$ 1,572 bilhão). Na comparação pela média diária, as exportações da segunda semana de novembro foram 7,8% inferiores à média de US\$ 893,6 milhões da primeira semana do mês. O motivo foi a retração nas exportações de produtos básicos (-12,1%) – minério de ferro, milho em grão, carne bovina, farelo de soja e minério de cobre; manufaturados (-8,3%) - aviões, autopeças, motores para veículos, máquinas para terraplanagem e suco de laranja não congelado; e semimanufaturados (-6%) - celulose, couros e peles e ferro-ligas). Nas importações, diminuíram as compras externas de aparelhos eletroeletrônicos, químicos orgânicos/inorgânicos, farmacêuticos, adubos e fertilizantes e plásticos e obras.</p>
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<p>O secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Ney Maranhão, participa hoje (15) e amanhã (16) da 32ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).</p> <p>A diretora de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, Raquel dos Santos, participará do Workshop sobre metas e indicadores relacionados com produção e consumo sustentáveis para os futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ser realizado nesta semana em Paris (França).</p>
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	<p>O ministro Manoel Dias manteve agenda hoje (15) em Santa Catarina, onde inaugurou a nova agência do Ministério de Balneário Camboriú e uma unidade do projeto Estação Trabalho no município de Içará.</p> <p>Na quarta (17), a secretaria de Políticas Públicas de Emprego promove em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o Encontro Divulgação da Rotatividade no Mercado de Trabalho e Emprego e Ação Setoriais para seu Enfrentamento, em Brasília/DF.</p>
Ministério dos Transportes (MTrans) Agência Nacional de	<p>Acontece nesta quinta (18) a sessão presencial da Audiência Pública 16/2014 para contribuições sobre resoluções que impactarão nas concessões rodoviárias. A ANTT recebe sugestões para elaboração de</p>

Transportes Terrestres
(ANTT)

minuta de resolução sobre três temas das concessões rodoviárias federais: prazos para as concessionárias, critérios para revisão da tarifa básica de pedágio e verbas para projetos e pesquisas na área.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Nesta última semana de trabalho legislativos, tanto as comissões da Câmara, quanto as do Senado convocaram reuniões para votação de emendas à proposta orçamentária para 2015. Os membros da CPMI da Petrobras vão decidir na quarta (17) a versão final do relatório da comissão sobre as investigações realizadas nos últimos sete meses.

O texto proposto pelo relator, deputado **Marco Maia** (PT-RS), sem menção a agentes políticos, aponta superfaturamento de 4,2 bilhões de dólares na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e contesta avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, deu prejuízo de 792 milhões de dólares. A oposição pleiteia a aprovação de um texto alternativo com o indiciamento de, pelo menos, 9 políticos.

Plenário

Na noite desta terça (16) será realizada sessão do Congresso Nacional para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2015. Além da LDO, também constam da pauta outros 32 projetos de lei, entre os quais o **PRN 6/13** que garante às comissões mistas do Congresso o direito de apresentar emendas ao Orçamento.

Medidas Provisórias

A comissão destinada a apreciar a **MPV 658/14**, que trata sobre a Lei das ONGs se reúne nessa terça (16), para apreciar o relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Consolidação da
Legislação Federal e
Regulamentação de
Dispositivos da
Constituição Federal
(CMCLF)

A comissão se reúne na terça (16), quando devem ser discutidos os pareceres sobre a demarkação de terras indígenas e sobre a defesa dos usuários de serviços públicos, ambos sob a relatoria do senador **Romero Jucá** (PMDB-RR).

Comissão Mista
Permanente sobre
Mudanças
Climáticas (CMMC)

Nesta terça (16), a Comissão se reúne **para apresentar e votar o relatório** final da Comissão, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O relatório incluirá os resultados da COP-20, a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas, que terminou na sexta-feira (12).

Câmara dos Deputados

Será oficializado nessa terça (16), a criação de um bloco partidário entre **PSB, SD, PPS e PV**, composto por 67 deputados. Os partidos também decidiram criar uma federação partidária, que atuará politicamente unida nos próximos quatro anos, segundo comunicado das legendas.

Plenário

A pauta do Plenário segue trancada pelo **PL 7735/14**, que regulamenta o acesso à biodiversidade; a **MPV 655/14**, que dispõe sobre recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); e a **MPV 656/14** que prevê

	<p><u>incentivos fiscais para diversos setores.</u></p> <p>Como itens prioritários para deliberação estão a PEC 197/12 que <u>define para o Comércio Eletrônico</u>; e a PEC 358/13, que estabelece o <u>Orçamento Impositivo de emendas parlamentares</u>. Podem ser apreciados ainda o PL 7699/06, que <u>institui o Estatuto do Portador de Deficiência</u>;</p>
Senado Federal	
Plenário	<p>Os senadores devem apreciar nesta semana o PLS 166/10, que dispõe sobre o <u>Novo Código de Processo Civil</u>. A proposição foi aprovada nos termos do relatório do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), <u>pela aprovação, com substitutivo</u>.</p> <p>Dentre os projetos remanescentes destacam-se o PLS 293/12, <u>chamado de Lei Geral das Antenas</u>; e o PLS 559/13, <u>que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública</u>, em regime de urgência.</p>
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<p>A Comissão pode votar na reunião desta quarta (10) o parecer do senador Benedito de Lira (PP-AL), <u>pela aprovação, com emenda</u>, do PLS 739/11, que prevê a elaboração de <u>planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União</u>.</p>

Poder Judiciário

Ministro Lewandowski assume Presidência da Subcomissão para a América Latina da Comissão de Veneza. Na manhã deste sábado (13), segundo dia da 101ª sessão plenária da Comissão de Veneza, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, foi eleito Presidente da Subcomissão para a América Latina, com mandato até dezembro de 2015. Os membros da Comissão também confirmaram que a Assessoria de Assuntos Internacionais do STF exercerá as funções do Secretariado Permanente da Subcomissão durante a Presidência do ministro Lewandowski. A principal atividade da Subcomissão da América Latina será organizar o próximo encontro de alto nível do órgão em Santiago, Chile, em novembro de 2015. Em 2014, a Subcomissão reuniu-se em Ouro Preto, Minas Gerais. Ao discursar no evento, o ministro Ricardo Lewandowski ressaltou que o trabalho na subcomissão para a América Latina terá como foco o “incentivo para que novas Cortes e tribunais da região possam acompanhar mais de perto os acontecimentos e feitos desta importante rede de cooperação”, que é a Comissão de Veneza.

Ministro reafirma competência de municípios para legislar sobre proteção ao meio ambiente. O decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, deu provimento a Recurso Extraordinário (RE 673681) para declarar a constitucionalidade de lei municipal de Mogi-Mirim (SP) que dispõe sobre preservação e defesa da integridade do meio ambiente, e determina a regulamentação da norma pelo Executivo local. Para o ministro, os municípios têm competência para formular políticas públicas destinadas a viabilizar a proteção local do meio ambiente. O recurso foi interposto pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) contra decisão do Tribunal de Justiça do estado que declarou a incompatibilidade da Lei 4.814/2009, do Município de Mogi Mirim, com a Constituição estadual. Para o MP-SP, o acórdão teria transgredido preceitos constitucionais. Em sua decisão, o ministro citou parecer do Ministério Público Federal e precedentes da Corte para afirmar que ao município é garantida competência constitucional para formular regras e legislar sobre proteção e defesa ambiental, “encargo irrenunciável que incide sobre todos e cada um dos entes que integram o Estado Federal brasileiro”.

Prêmio Innovare anuncia vencedores amanhã, em Brasília. O Instituto Innovare realiza nessa terça (16), a XI edição do Prêmio Innovare, uma das mais bem conceituadas premiações da Justiça brasileira. Pela primeira vez, os vencedores serão anunciados apenas no ato da cerimônia. Dos 367 projetos inscritos, foram selecionados 18 práticas que irão concorrer ao grande prêmio nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Prêmio Especial que este ano teve recorde de inscritos (111) com iniciativas sob o tema “Por um Sistema Prisional Justo e Eficaz”. A região Nordeste teve o maior número de boas práticas votadas nesta etapa (6), com iniciativas implantadas no Ceará, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Maranhão. Na região Sudeste, três práticas de São Paulo e duas do Rio de Janeiro estão entre os finalistas. Outros estados com práticas selecionadas são Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará e Roraima.

STF julga diversos políticos essa semana. Na pauta de julgamentos da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, para a próxima terça-feira (16), está prevista a análise da Ação Penal (AP) 688, ajuizada contra o deputado federal Oziel Oliveira (PDT/BA) pela suposta prática de crime previsto na Lei de Licitações. A denúncia é da época em que era prefeito do município de Luiz Eduardo Magalhães (BA). Os ministros deverão julgar Ação Penal (AP) 347, proposta contra o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB/CE) e outros réus com base na Lei 7.134/1983. Essa norma torna obrigatória a aplicação dos créditos ou financiamentos concedidos por órgãos da administração pública, direta ou indireta, bem como de recursos provenientes de incentivo fiscal, exclusivamente nos projetos para os quais foram concedidos. Três inquéritos também estão na pauta de julgamentos da Primeira Turma. O INQ 3855 refere-se a uma queixa-crime formalizada por Flavio Dino, eleito governador Maranhão, contra o senador Lobão Filho (PMDB/MA) pela suposta prática do crime de injúria. Já no INQ 3734, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra o deputado federal Abelardo Camarinha (PSB/SP) por crimes de responsabilidade. O terceiro processo é um recurso (agravo regimental) no INQ 3552, que corre na Corte contra o deputado federal Eliseu Padilha (PMDB/RS), investigado por peculato.

Política

Matérias como a regulamentação da PEC das Domésticas devem ficar para 2015. A uma semana do recesso parlamentar que começa oficialmente no dia 23 de dezembro, projetos importantes para a sociedade foram incluídos na pauta da Câmara. Apesar de estarem em votação matérias como a regulamentação da profissão das domésticas (PLC 302-A/13) e o Estatuto do Portador de Deficiência (PL 7.699/06), a chance de esses textos avançarem são remotas. Além do pouco tempo, a prioridade estará voltada para o Orçamento de 2015 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo e, como muitos parlamentares não foram reeleitos, o Congresso deve ficar mais esvaziado e será difícil alcançar o número de necessário para as sessões agendadas. A regulamentação da proposta que ficou conhecida como PEC das Domésticas é esperada há mais de um ano pela categoria. O texto básico que assegura a extensão dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi promulgado em abril de 2013, mas ainda depende de algumas regras, como a multa de 40% em caso de demissão sem justa causa e as mudanças no pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esse complemento que assegura muitos dos direitos previstos na PEC ficou parado por mais de oito meses na Câmara. Mesmo com a tentativa de votá-la, a proposta só deve ser concluída na próxima legislatura, a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Reajuste de salário de autoridades vai gerar impacto de R\$ 3,8 bi. O reajuste nos contracheques das principais autoridades do país, medida que deve ser aprovada pelo Congresso nesta semana, produzirá um efeito cascata com impacto anual de pelo menos R\$ 3,8 bilhões aos cofres públicos. Isso porque a Constituição vincula salários de deputados estaduais, vereadores, juizes, desembargadores, promotores e procuradores de Justiça ao valor recebido pela cúpula dos poderes Legislativo e Judiciário. A onda de reajuste começará com a atualização dos vencimentos dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), a instância máxima da Justiça brasileira. Hoje cada um dos 11 ministros do Supremo recebe R\$ 29,4 mil mensais, o que representa o teto salarial do funcionalismo público. O projeto que deve ser aprovado pelo Congresso eleva esse valor para R\$ 35,9 mil a partir de 2015, alta de 22%. Isto feito, o salário dos outros 77 ministros dos demais tribunais superiores também será elevado automaticamente, com base no mesmo índice de reajuste.

Joaquim Levy vai ao Congresso e LDO pode ser votada amanhã. Na última semana de trabalho no Congresso antes do recesso parlamentar, que começa oficialmente dia 23 de dezembro, a expectativa é que deputados e senadores finalmente votem o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. Uma sessão do Congresso foi marcada com esse objetivo para as 19h de amanhã (16). Aprovada semana passada na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a LDO só foi possível após o atendimento de uma exigência do líder do DEM na Câmara, deputado Mendonça Filho (PE), que queria a presença do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no Congresso. O encontro de Levy com os parlamentares está confirmado para amanhã, às 11h. O futuro ministro falará em sessão secreta da CMO sobre a meta de superávit primário para 2015. Com a perspectiva de não votar o Orçamento Geral da União ainda este ano, aprovando-se apenas a LDO, o governo garante uma forma de realizar despesas em 2015, independentemente da aprovação do Orçamento. Chamado de duodécimo, o instrumento permite que o Executivo gaste um doze avos do Orçamento do ano anterior.

Oposição eleita cobra abertura em fase de transição. Concebido com o objetivo de diminuir o impacto para a população de um processo de alternância de poder, como por exemplo a suspensão de atividades essenciais, o período de transição entra em reta final sem cumprir seu papel em 70% dos 10 Estados, mais o Distrito Federal, onde a oposição venceu as eleições sobre o grupo que está no comando. A queixa geral entre os chefes das equipes que vão assumir as administrações estaduais a partir de 1º de janeiro vai desde a falta de transparência a tentativas de jogar no colo dos sucessores custos de decisões tomadas nos últimos dias de mandato por quem está se despedindo. Nos Estados de Minas Gerais, Maranhão, Amapá, Piauí, Roraima, Tocantins e Espírito Santo, além do Distrito Federal, coordenadores de equipes de transição dos governos eleitos reclamam que os dados passados pelas administrações estaduais não vão além daqueles que estão disponíveis nos diários oficiais e nos portais de transparência.

Itamaraty terá novo 'vendedor do Brasil'. O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, está prestes a sair do cargo. Nomeado há apenas um ano e meio para substituir Antônio Patriota, Figueiredo perdeu o lugar com a decisão da presidente Dilma Rousseff, influenciada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de fazer o governo brasileiro retomar os caminhos do comércio exterior. Com um déficit nas contas externas de US\$ 4 bilhões, o Brasil precisa voltar, de novo, os olhos para a promoção comercial - uma área com a qual o ministro não tem qualquer familiaridade. Pela primeira vez, desde que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi chanceler do governo de Itamar Franco, o cargo pode voltar às mãos de um político, se vencer a tese que está sendo defendida por Lula, de onde vem a maior pressão pela substituição de Figueiredo sem que haja, no entanto, um forte candidato. Dentro do próprio ministério, a vertente de que um nome político forte traria ao Itamaraty o prestígio que hoje lhe falta ganhou força nos últimos meses. Apesar de há anos defenderem um chanceler de carreira, diplomatas vêm um nome político como uma solução para a falta de voz do ministério no governo de uma presidente que tem pouca vocação internacional.

Último Foco

Beneficiários do MCMV atribuem nota 8,77 a imóveis do programa. Os beneficiários do Minha Casa Minha Vida (MCMV) atribuíram nota 8,77, numa escala de zero a dez, na avaliação do grau de satisfação com os imóveis do programa. O resultado foi divulgado no livro Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida: “Esse resultado nos dá a certeza de que estamos no caminho certo”, afirmou o ministro das Cidades, Gilberto Occhi. Os empreendimentos pesquisados são da primeira fase do programa MCMV (2009-2010), com unidades entregues até dezembro de 2012. Os entrevistados atribuíram nota 8,62 para o aumento do bem estar, 7,81 para inserção urbana, 8,20 sobre o entorno da moradia, 8,62 para unidade habitacional e 9,44 sem intenção de mudar do imóvel. Entre os itens avaliados na pesquisa estão a qualidade da unidade habitacional, o seu entorno (vizinhança, região, infraestrutura), a inserção urbana (transporte, equipamentos públicos) e a satisfação com a moradia. Todos os entrevistados são da primeira fase do Minha Casa Minha Vida e tiveram suas moradias viabilizadas pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O ministro Gilberto Occhi disse que alguns problemas apontados na pesquisa já foram corrigidos na segunda fase do programa. Segundo ele, na terceira fase do MCMV, em estudo no governo federal, estão em avaliação outras demandas como a qualidade do imóvel e o trabalho social realizado após a instalação das famílias nas unidades habitacionais.

CVM facilita voto de pessoa jurídica em assembleia. Por decisão do colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o exercício de voto de acionistas pessoas jurídicas nas assembleias de companhias abertas será facilitado. Agora, acionistas como fundos de investimento, companhias abertas ou fechadas, sociedades limitadas, fundações, associações ou veículos de investimento, não precisarão mais entregar uma procuração somente para um advogado ou acionista para participar das reuniões. Basta escolherem o representante e municiá-lo de documentação que valide a representação conforme os termos previstos em seu estatuto ou contrato social. A obrigatoriedade de representação via advogado ou acionista está mantida apenas para as pessoas físicas. O assunto foi discutido pela CVM por conta de uma reclamação feita pelo gestora de recursos Modal, que teve um de seus fundos impedido de votar em assembleia da Brookfield. A gestora deu uma procuração para um de seus funcionários, integrante da equipe de gestão do fundos, comparecer à assembleia.

Empreiteiras europeias avaliam Brasil com prudência. Empreiteiras europeias mostram-se prudentes sobre planos de entrar no mercado brasileiro, no rastro do espaço que pode ser aberto pelo vendaval de escândalos atingindo construtoras locais. Algumas espanholas e italianas sinalizam interesse, as francesas são reticentes e algumas no norte da Europa estão saindo do país ou preferem mercados vizinhos. A francesa Vinci, número 4 mundial, com US\$ 20,2 bilhões de faturamento internacional em 2013, considera ser muito mais difícil ganhar grandes projetos no Brasil, até porque o país continuará tendo grandes concorrentes com boa performance. A não ser em alguns projetos específicos, ou micro projetos, a Vinci não tem planos de se aventurar no país no momento. Tampouco faz comentários sobre corrupção. Na mesma linha, a também francesa Bouygues, número 7 mundial da construção, com US\$ 14,8 bilhões de faturamento internacional, sinaliza que não tem planos de buscar negócios no país, onde sua presença no momento é mínima, segundo um porta-voz.

Na COP-20, países assinam rascunho de acordo para reduzir gases de efeito estufa. A Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP-20) aprovou nesta madrugada, em Lima, o rascunho de um acordo de redução de emissões de gases de efeito estufa. Depois de longas sessões de discussões, que prorrogaram a conferência por dois dias devido às divergências entre os países industrializados e em desenvolvimento, a COP-20 chegou a um acordo sobre o texto que deve ser a base para um pacto global histórico no próximo ano em Paris. O projeto de 22 pontos e quatro páginas foi aprovado no último minuto pelos delegados de 195 países que participaram da conferência, depois de duas semanas de negociações. O documento reconhece a responsabilidade comum e diferenciada dos países pelo aquecimento do planeta e estabelece mecanismos para lidar com perdas e danos decorrentes de fenômenos climáticos extremos, especialmente nos países pobres e ilhas sob ameaça. Os países devem anunciar, nos próximos meses, seus compromissos para reduzir as emissões globais entre 40% e 70% até 2050, com a necessidade de limitar a 2°C o aumento da temperatura global.

Exportações crescem em 13 unidades da Federação este ano. Um dos fatores responsáveis pelo déficit de US\$ 3,8 bilhões da balança comercial (diferença entre exportações e importações) neste ano, a queda das exportações não afeta todas as regiões do país. Segundo levantamento divulgado nesta semana pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Distrito Federal e 12 estados registraram aumento nas vendas para o exterior neste ano. No acumulado de 2014, as exportações somam US\$ 212,078 bilhões até a primeira semana de dezembro, recuo de 5,5% pela média diária em relação ao mesmo período de 2013. Segundo o MDIC, a queda no preço internacional das commodities (bens primários com cotação internacional) e a crise cambial na Argentina, que afetou as exportações de veículos para o país vizinho, são os principais responsáveis pela retração das vendas externas. No entanto, a safra recorde de soja, o aumento da venda de carnes e a retomada da produção de petróleo reverteram a queda em algumas unidades da Federação.

Ministro diz não ser necessária nova ajuda a distribuidoras de energia. O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, afirmou nesta sexta-feira (12) que por enquanto não vê necessidade de um reajuste extraordinário nas tarifas de energia por conta da exposição de distribuidoras ao mercado de curto prazo. O governo federal intermediou dois empréstimos, de um total de R\$ 17,8 bilhões, com bancos neste ano para ajudar as distribuidoras a pagar essas dívidas, mas os recursos acabaram nesta semana. Algumas distribuidoras alegam dificuldade para fechar as contas de 2014 e estariam demandando um

reajuste extraordinário para cobrar os gastos. Como o repasse desses custos ao consumidor acontece nos reajustes tarifários regulares, uma parcela das distribuidoras terá que administrar o déficit durante boa parte de 2015. Zimmermann minimizou o problema das distribuidoras e argumenta que em 2015 haverá uma série de fatores que podem aliviar as contas das empresas.

eSocial: Governo publica decreto que oficializa novo regime. Depois de várias prorrogações, foi publicado nessa sexta (12), no Diário Oficial da União, o Decreto nº 8.373/2014 que institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhista – eSocial. Dentre outros aspectos, destaque-se que as informações prestadas por meio do eSocial substituirão as constantes na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, na forma disciplinada no Manual de Orientação do eSocial. Um dos principais objetivos deste novo sistema é aglutinar em um único meio as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. É nesse contexto que o decreto determina que as informações prestadas pelos empregadores serão enviadas ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e armazenadas no repositório nacional. Dados de autoridades contábeis lembram que as fraudes, relacionadas com seguro desemprego e abono salarial atingem R\$ 1 bilhão; há um montante de R\$ 2 bilhões de FGTS sob ação fiscal (ou seja, sem recolhimento), em um cenário com 30% de profissionais autônomos informais (sem qualquer registro).